



## **Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes**

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50  
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP  
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555  
www.cmembu.sp.gov.br

### **PROJETO DE LEI**

#### **INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES APROVA A SEGUINTE LEI:

#### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1** Fica instituído o Plano Municipal da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de garantir a inclusão, acessibilidade, assistência social, saúde, educação, empregabilidade e qualidade de vida para pessoas com deficiência no município de Embu das Artes.

**Art. 2** Para os fins desta Lei, considera-se pessoa com deficiência aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

#### **CAPÍTULO II - DIRETRIZES DO PLANO MUNICIPAL**

**Art. 3** O Plano Municipal da Pessoa com Deficiência será norteado pelos seguintes princípios: I – Respeito à dignidade e autonomia da pessoa com deficiência; II – Inclusão plena e efetiva na sociedade; III – Garantia de acessibilidade em todos os espaços públicos e privados de uso coletivo; IV – Atendimento especializado na educação, saúde, trabalho e assistência social; V – Participação ativa da comunidade e do poder público na formulação e fiscalização das políticas públicas.

#### **CAPÍTULO III - EIXOS ESTRATÉGICOS**

##### **SEÇÃO I - Diagnóstico e Atendimento Especializado**

**Art. 4** Fica instituído o Cadastro Municipal da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de mapear e identificar as necessidades da população para a formulação de políticas públicas.

**Art. 5** O Município deverá criar e fortalecer os Centros de Referência da Pessoa com Deficiência, responsáveis por: I – Diagnóstico precoce e avaliação multidisciplinar; II – Atendimento especializado nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e psicologia; III – Suporte às famílias e cuidadores com orientação e acompanhamento social.

**Art. 6** Fica instituído as Diretrizes Terapêuticas, que estabelecem procedimentos detalhados para o diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento das pessoas com deficiência no âmbito da saúde municipal, garantindo atendimento adequado e contínuo.

**§1º** As Diretrizes Terapêuticas deverão conter, no mínimo: I – Procedimentos para a caracterização e diagnóstico da deficiência, incluindo avaliações médicas e multidisciplinares; II – Definição dos tratamentos recomendados, considerando abordagens médicas, terapêuticas e de reabilitação; III – Listagem dos medicamentos prescritos, com orientações sobre suas formas de administração, dosagem e tempo de uso; IV – Benefícios esperados dos tratamentos, visando a melhora da qualidade de vida, funcionalidade e autonomia dos usuários; V – Protocolos de acompanhamento dos usuários, garantindo a continuidade do tratamento e a adaptação conforme a evolução do quadro clínico; VI – Diretrizes para articulação entre os serviços de saúde, educação e assistência social, assegurando um atendimento integral.



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 320038003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP-Brasil.





## **Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes**

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50  
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP  
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555  
[www.cmembu.sp.gov.br](http://www.cmembu.sp.gov.br)

**§2º** O Poder Executivo deverá garantir que as Diretrizes Terapêuticas sejam atualizadas periodicamente, em conformidade com as melhores práticas científicas e regulamentações do Ministério da Saúde.

**§3º** As unidades de saúde municipais deverão assegurar a aplicação das Diretrizes Terapêuticas, promovendo a capacitação contínua dos profissionais responsáveis pelo atendimento às pessoas com deficiência.

**§4º** O paciente e/ou seus responsáveis terão livre acesso às Diretrizes Terapêuticas, podendo consultar todas as informações relativas ao diagnóstico, tratamento, medicação, benefícios esperados e protocolos de acompanhamento, garantindo transparência e participação ativa no processo de cuidado.

**Art. 7** Fica garantido o direito ao transporte para acesso à saúde às pessoas com deficiência e uma pessoa acompanhante que necessitem de locomoção para atendimento em unidades de saúde, consultas, exames, terapias e demais procedimentos médicos, assegurando seu direito ao tratamento contínuo e de qualidade.

**§1º** O serviço de transporte será oferecido gratuitamente pelo município e deverá atender, prioritariamente, pessoas que necessitem de acompanhamento especializado.

**§2º** Os veículos utilizados deverão estar adequados às normas de acessibilidade, incluindo: I – Rampas ou plataformas elevatórias para cadeirantes; II – Assentos adaptados e espaço para acomodação de cadeiras de rodas e outros equipamentos de mobilidade; III – Cintos de segurança específicos para transporte seguro dos usuários; IV – Motoristas e monitores capacitados para auxiliar no embarque, desembarque e acomodação dos passageiros.

**§3º** O transporte poderá ser solicitado pelo próprio paciente ou por seus responsáveis, por meio de cadastro junto à Secretaria Municipal de Saúde, que definirá critérios e prioridades para o atendimento conforme a necessidade de cada usuário.

**§4º** O Poder Executivo deverá garantir a manutenção contínua da frota, a ampliação progressiva do serviço e a capacitação dos profissionais envolvidos no transporte, assegurando qualidade, segurança e eficiência no atendimento.

**Art. 8** Fica garantida a atenção odontológica às pessoas com deficiência, por meio da capacitação das equipes de atenção básica, qualificação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e aprimoramento dos centros cirúrgicos para atendimento especializado.

**§1º** A capacitação das equipes de atenção básica deverá incluir: I – Treinamento para identificação e manejo das necessidades odontológicas específicas das pessoas com deficiência; II – Abordagens humanizadas e adaptadas para diferentes tipos de deficiência; III – Uso de técnicas e equipamentos adequados para atendimento seguro e eficaz.

**§2º** A qualificação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) deverá contemplar: I – Ampliação da estrutura física para garantir acessibilidade plena; II – Aquisição de equipamentos especializados para o atendimento odontológico de pacientes com deficiência; III – Disponibilização de profissionais qualificados para realizar atendimentos especializados.

**§3º** O Poder Executivo deverá garantir recursos financeiros, materiais e humanos para a efetivação da atenção odontológica especializada, assegurando o acesso universal e integral às pessoas com deficiência.

**Art. 9** Fica garantida a ampliação do acesso a órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) para pessoas com deficiência, assegurando a distribuição gratuita e a manutenção contínua desses equipamentos, de forma a promover autonomia, qualidade de vida e inclusão social.

**§1º** O município deverá disponibilizar, por meio da rede pública de saúde, os seguintes itens, entre



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 320038003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP-Brasil.





## **Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes**

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50  
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP  
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555  
[www.cmembu.sp.gov.br](http://www.cmembu.sp.gov.br)

outros: I – Órteses e próteses para membros superiores e inferiores; II – Cadeiras de rodas manuais e motorizadas; III – Muletas, andadores e bengalas adaptadas; IV – Calçados ortopédicos e palmilhas especiais; V – Dispositivos eletrônicos e mecânicos que auxiliem na locomoção e comunicação.

**§2º** O acesso aos equipamentos será garantido mediante avaliação médica e multiprofissional, considerando a necessidade individual de cada usuário.

**§3º** O município deverá assegurar a manutenção e substituição periódica dos equipamentos fornecidos, garantindo sua funcionalidade e adequação às necessidades dos usuários.

**§4º** O Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições especializadas, públicas ou privadas, para a produção, fornecimento e acompanhamento do uso de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, visando ampliar a oferta e reduzir o tempo de espera.

**Art. 10** Fica garantida a ampliação do acesso a aparelhos auditivos para pessoas com deficiência auditiva, assegurando a distribuição gratuita, manutenção e acompanhamento especializado, visando à inclusão social, comunicação e qualidade de vida dos usuários.

**§1º** O município deverá disponibilizar, por meio da rede pública de saúde, os seguintes serviços relacionados aos aparelhos auditivos: I – Avaliação auditiva completa para identificação da necessidade do uso do aparelho; II – Fornecimento de aparelhos auditivos adequados ao grau de perda auditiva do usuário; III – Ajuste, adaptação e acompanhamento do uso do aparelho auditivo; IV – Manutenção, reparo e substituição periódica dos dispositivos fornecidos; V – Orientação e capacitação para usuários e familiares sobre o uso e conservação dos aparelhos.

**§2º** O acesso aos aparelhos auditivos será garantido mediante prescrição e acompanhamento por profissionais da área, incluindo médicos otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos.

**§3º** O município poderá firmar parcerias com instituições especializadas e fornecedores para garantir a oferta contínua e a atualização tecnológica dos aparelhos auditivos disponibilizados.

**Art. 11** Fica instituído o Centro de Atendimento Especializado para Autismo e Deficiências Intelectuais, com a finalidade de proporcionar atendimento integrado e especializado às pessoas com transtornos do espectro autista (TEA) e deficiências intelectuais, promovendo o desenvolvimento, a inclusão e a qualidade de vida desses indivíduos.

**§1º** O Centro de Atendimento Especializado terá como objetivos principais: I – Oferecer atendimento médico, psicológico, terapêutico e educacional especializado, de forma integrada, para pessoas com autismo e deficiências intelectuais; II – Desenvolver programas de intervenção precoce e de reabilitação cognitiva e comportamental, focando no desenvolvimento de habilidades sociais, motoras e comunicativas; III – Capacitar os familiares e cuidadores, proporcionando apoio e orientação sobre os cuidados, estratégias e metodologias para o acompanhamento diário das pessoas atendidas; IV – Realizar avaliações multidisciplinares para definição de planos de atendimento individualizados, adequados às necessidades de cada pessoa com deficiência intelectual ou autismo; V – Proporcionar a inclusão dessas pessoas em atividades sociais, culturais e educacionais, garantindo acessibilidade e apoio contínuo.

**§2º** O Centro será equipado com profissionais especializados, incluindo psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psiquiatras e pedagogos, que atuarão de forma colaborativa no tratamento e no acompanhamento dos usuários.

**§3º** O Centro de Atendimento Especializado deverá funcionar de maneira articulada com outras políticas públicas de saúde, educação, esportes, cultura, lazer e assistência social, garantindo um atendimento integral e contínuo.

**§4º** O Poder Executivo deverá assegurar que o Centro de Atendimento Especializado seja acessível e disponha de infraestrutura adequada, com espaços físicos adaptados e tecnologia assistiva,



Autenticar documento em <https://nopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 320038003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP-Brasil.





## **Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes**

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50  
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP  
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555  
[www.cmembu.sp.gov.br](http://www.cmembu.sp.gov.br)

quando necessário.

**Art. 12** Fica assegurado o atendimento psicológico para familiares e cuidadores de pessoas com deficiência, com o objetivo de proporcionar apoio emocional, orientação e estratégias de cuidado, visando à promoção do bem-estar, saúde mental e qualidade de vida de todos os envolvidos no processo de cuidado.

**§1º** O atendimento psicológico será disponibilizado nas unidades de saúde e centros de atendimento especializados, com sessões individuais ou em grupo, conforme a necessidade do familiar ou cuidador.

**§2º** As sessões de atendimento psicológico terão como foco: I – Orientações sobre o manejo de situações de estresse, sobrecarga e ansiedade relacionadas ao cuidado diário da pessoa com deficiência; II – Desenvolvimento de habilidades emocionais para a gestão de conflitos e desafios no ambiente familiar; III – Apoio na compreensão das necessidades da pessoa com deficiência e estratégias para proporcionar um ambiente de cuidado mais saudável e adaptado; IV – Promoção de autocuidado e saúde mental do cuidador, prevenindo o desgaste emocional e físico.

**§3º** O atendimento psicológico será prestado por profissionais capacitados, que trabalharão de forma integrada com as equipes multidisciplinares de saúde, educação e assistência social, promovendo uma abordagem integral ao apoio ao cuidador.

**§4º** O Poder Executivo deverá garantir a continuidade e a acessibilidade desse serviço, garantindo que os familiares e cuidadores tenham acesso gratuito e contínuo ao atendimento psicológico necessário.

## **SEÇÃO II - Educação Inclusiva**

**Art. 13** O Município deverá garantir a inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas, vedada qualquer forma de recusa de matrícula ou cobrança adicional.

**Art. 14** Para assegurar o direito à educação inclusiva, o Poder Público deverá: I – Capacitar professores e funcionários para atendimento adequado de alunos com deficiência; II – Disponibilizar materiais pedagógicos acessíveis, incluindo Braille, Libras, audiodescrição e tecnologia assistiva; III – Garantir a presença de mediadores ou cuidadores para alunos que necessitem de apoio especializado.

**Art. 15** É obrigatória a implantação e funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais em todas as unidades escolares da rede pública municipal que possuem alunos enquadrados no art. 2º, desta lei.

**§1º** As Salas de Recursos Multifuncionais deverão ser equipadas com materiais didáticos acessíveis, tecnologia assistiva e profissionais capacitados para atender às necessidades individuais dos alunos.

**§2º** O Poder Executivo deverá garantir a formação continuada dos professores e auxiliares de classe responsáveis pelo atendimento educacional especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

**§3º** O funcionamento e a estrutura das Salas de Recursos Multifuncionais deverão estar em conformidade com as diretrizes do Ministério da Educação e com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

**Art. 16** Fica estabelecido que toda criança, adolescente e adulto com deficiência identificada no município será encaminhada, de forma automática, para o Centro Educacional para Pessoa com Deficiência Armando Vidigal, onde será submetida a uma avaliação multidisciplinar e receberá os primeiros atendimentos necessários para seu desenvolvimento.

**§1º** A avaliação será realizada por uma equipe composta por profissionais da saúde, educação e assistência social, incluindo psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e pedagogos especializados.



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 320038003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP-Brasil.







## **Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes**

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50  
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP  
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555  
www.cmembu.sp.gov.br

**§2º** Durante o período de atendimento no Centro Educacional para Pessoa com Deficiência Armando Vidigal, a criança, adolescente ou adulto receberá suporte pedagógico e terapêutico adequado, visando seu desenvolvimento integral e preparação para inclusão em escolas regulares.

**§3º** A permanência da criança no Centro Educacional para Pessoa com Deficiência Armando Vidigal será temporária, ou permanente a depender do caso, sendo determinada com base na evolução individual e no parecer da equipe multidisciplinar.

**§4º** Após o período de preparação, a criança, adolescente ou adulto será gradativamente inserida na rede de ensino convencional, garantindo-se o suporte necessário para sua plena inclusão escolar.

**§5º** O Poder Executivo deverá garantir os recursos necessários para o funcionamento do Centro Educacional para Pessoa com Deficiência Armando Vidigal como centro de referência para avaliação e atendimento inicial das crianças, adolescentes e adultos com deficiência no município.

**Art. 17** Fica instituído o programa "Escola Acessível", com o objetivo de promover a acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares da rede municipal e garantir a aquisição de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência.

**§1º** As adequações arquitetônicas incluirão, no mínimo: I – Rampas de acesso e corrimãos em conformidade com as normas de acessibilidade; II – Banheiros adaptados para pessoas com deficiência; III – Sinalização tátil e visual para alunos com deficiência visual; IV – Instalação de elevadores ou plataformas elevatórias em escolas de múltiplos andares; V – Ampliação de espaços para circulação adequada de cadeirantes.

**§2º** A compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva deverá contemplar, entre outros: I – Dispositivos de comunicação alternativa para alunos com deficiência na fala; II – Computadores e tablets com softwares de acessibilidade; III – Impressoras e livros em Braille; IV – Aparelhos auditivos e sistemas de frequência modulada (FM) para alunos com deficiência auditiva; V – Mobiliário adaptado para alunos com necessidades específicas; VI – Cadeiras de rodas, muletas e demais equipamentos de locomoção para alunos que necessitem de apoio para sua mobilidade.

**§3º** O Poder Executivo deverá destinar recursos orçamentários para a implementação progressiva do programa "Escola Acessível", garantindo o cumprimento das normas estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

**Art. 18** Fica instituído o programa "Transporte Escolar Acessível", com o objetivo de eliminar a falta de transporte adequado como barreira ao acesso e à frequência dos estudantes com deficiência às instituições de ensino.

**§1º** O programa garantirá a disponibilização de veículos acessíveis para o transporte dos estudantes com deficiência, assegurando o deslocamento tanto para as aulas regulares quanto para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

**§2º** Os veículos destinados ao Transporte Escolar Acessível deverão atender às normas de acessibilidade, incluindo, no mínimo: I – Plataformas elevatórias ou rampas para embarque e desembarque de cadeirantes; II – Cintos de segurança e assentos adaptados para estudantes com mobilidade reduzida; III – Espaço adequado para acomodação de cadeiras de rodas e outros equipamentos de apoio; IV – Sinalização interna acessível para estudantes com deficiência visual; V – Motoristas e monitores capacitados para auxiliar no transporte seguro dos estudantes.

**§3º** O Poder Executivo deverá garantir a manutenção contínua dos veículos e a capacitação dos profissionais envolvidos no transporte dos estudantes com deficiência, assegurando um serviço eficiente e seguro.

**Art. 19** Fica garantida a contratação de professores auxiliares, prioritariamente, por meio de concurso público, para as salas de aula que atendem alunos com deficiência, com a finalidade de proporcionar



Autenticar documento em <https://nopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 320038003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





## **Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes**

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50  
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP  
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555  
[www.cmembu.sp.gov.br](http://www.cmembu.sp.gov.br)

apoio pedagógico, emocional e de inclusão, garantindo a adaptação do ambiente escolar às necessidades dos alunos.

**§1º** Os professores auxiliares terão como funções principais: I – Auxiliar na adaptação do currículo, estratégias de ensino e materiais pedagógicos, de acordo com as necessidades específicas dos alunos com deficiência; II – Oferecer apoio individualizado ou em pequenos grupos para alunos com deficiência, promovendo a participação ativa nas atividades escolares; III – Colaborar com os professores regulares na criação de um ambiente inclusivo, respeitando a diversidade e as necessidades individuais dos alunos com deficiência.

**§2º** Na hipótese de dificuldades na contratação de professores auxiliares especializados, o Poder Executivo está autorizado a contratar, preferencialmente, mediante processo seletivo, mães, pais e irmãos de alunos com deficiência, desde que essas possuam qualificações adequadas ou que possam ser capacitadas para o exercício das funções auxiliares, respeitando a legislação vigente de direitos trabalhistas e educacionais.

**§3º** A contratação de mães, pais e irmãos de alunos com deficiência, conforme o disposto no § 2º, deverá observar critérios de qualificação, com prioridade para formação em áreas pedagógicas ou de atendimento especializado, além de ser garantido o processo de capacitação contínua para o desempenho das funções.

**§4º** O Poder Executivo deverá garantir condições adequadas de trabalho para os professores auxiliares, incluindo salários dignos, benefícios trabalhistas e recursos pedagógicos necessários para o pleno exercício de suas funções.

### **SEÇÃO III - Acessibilidade e Mobilidade Urbana**

**Art. 20** O Município deverá adotar medidas para garantir a acessibilidade em espaços públicos e privados de uso coletivo, incluindo: I – Adaptação de calçadas, praças e vias públicas conforme as normas da Lei da Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000); II – Inclusão de veículos adaptados no transporte público e fiscalização do cumprimento da acessibilidade nos serviços de transporte.

### **SEÇÃO IV - Empregabilidade e Autonomia Financeira**

**Art. 21** O Município deverá incentivar a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, observando a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991, art. 93).

**Art. 22** Para fins do disposto no artigo anterior, o Poder Público deverá: I – Criar Banco de Oportunidades, facilitando o acesso das pessoas com deficiência a vagas de emprego; II – Estabelecer parcerias com empresas e órgãos governamentais para cumprimento das cotas e políticas públicas de inclusão; III – Oferecer cursos de capacitação profissional e incentivo ao empreendedorismo acessível.

**Art. 23** Fica estabelecida a obrigatoriedade de reserva de vagas para pessoas com deficiência nos programas de qualificação profissional do município (Programa Qualifica) e na ocupação de cargos em comissão, em conformidade com a legislação vigente. Parágrafo único. As cotas estabelecidas no caput deste artigo deverão seguir os seguintes critérios: I – No Programa Qualifica, será assegurada a reserva de no mínimo 10% (dez por cento) das vagas selecionadas, proporcionalmente, entre as pessoas com deficiência aptas ao trabalho, garantindo acessibilidade nos cursos e materiais didáticos adaptados quando necessário, e aos familiares responsáveis pelo sustento daquelas que, comprovadamente, estão incapacitadas ao trabalho, de forma permanente; II – No provimento de cargos efetivos, comissionados, designações em funções de confiança e nas comissões constituídas pelo Poder Público, será garantida a



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 320038003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP-Brasil.





## **Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes**

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50  
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP  
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555  
[www.cmembu.sp.gov.br](http://www.cmembu.sp.gov.br)

reserva mínima de 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com deficiência, desde que atendidos os critérios de qualificação exigidos para o cargo; III – O Poder Executivo deverá assegurar que os locais de trabalho e os ambientes de formação profissional sejam acessíveis e adequados para o desempenho das funções e atividades pelos beneficiários das cotas; IV – Os órgãos responsáveis pelos programas deverão adotar medidas de inclusão, capacitação e acompanhamento das pessoas com deficiência inseridas nos programas e cargos públicos; V – É obrigatória a nomeação de uma pessoa com deficiência para ocupar o cargo de secretário ou secretário-adjunto da pasta responsável por assegurar as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, garantindo representatividade e efetividade na formulação e execução dessas políticas.

**Art. 24** O Poder Executivo instituirá um programa de crédito facilitado com juros subsidiados para a aquisição de equipamentos e produtos de tecnologia assistiva, garantindo o acesso das pessoas com deficiência a recursos que promovam sua autonomia, inclusão e qualidade de vida.

**§1º** O programa deverá oferecer condições especiais, incluindo: I – Taxas de juros reduzidas e subsidiadas pelo município; II – Prazos estendidos para pagamento, considerando a renda do beneficiário; III – Possibilidade de carência para início do pagamento em casos específicos; IV – Prioridade para pessoas de baixa renda e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

**§2º** O Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições financeiras, entidades do terceiro setor e fabricantes de tecnologia assistiva para ampliar o alcance e a eficiência do programa.

**§3º** A Secretaria responsável deverá implementar um sistema de acompanhamento para garantir que os recursos sejam utilizados exclusivamente para a aquisição dos produtos previstos neste artigo.

## **SEÇÃO VI - Lazer, Cultura, Esporte e Bem-estar**

**Art. 25** Fica garantido o acesso da pessoa com deficiência às atividades culturais e esportivas no município, por meio das seguintes ações: I – Adaptação de espaços culturais e esportivos para acessibilidade plena; II – Promoção de eventos culturais inclusivos, com audiodescrição e intérprete de Libras; III – Criação de programas esportivos para pessoas com deficiência, incluindo modalidades paralímpicas.

**Art. 26** Fica instituído o Centro-Dia PCD como um espaço destinado ao atendimento e suporte diário para pessoas com deficiência, especialmente aquelas com deficiência intelectual e transtornos do espectro autista, com o objetivo de proporcionar cuidados durante o dia, atividades terapêuticas e de socialização, enquanto seus familiares ou cuidadores podem exercer suas atividades cotidianas.

**§1º** O Centro-Dia PCD terá como objetivos principais: I – Oferecer atendimento especializado durante o dia, com atividades terapêuticas, educacionais, recreativas e de socialização, focadas no desenvolvimento e bem-estar dos usuários; II – Proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, onde as pessoas com deficiência possam interagir com outras, desenvolver habilidades cognitivas, motoras e sociais e melhorar sua qualidade de vida; III – Garantir a supervisão de profissionais especializados, incluindo educadores, terapeutas ocupacionais, psicólogos e assistentes sociais, que desenvolverão atividades de acordo com as necessidades individuais de cada usuário; IV – Oferecer suporte a familiares e cuidadores, proporcionando momentos de descanso e permitindo que esses possam participar de atividades profissionais e outras demandas do cotidiano, sem comprometer o cuidado com o ente querido; V – Realizar atividades de estimulação cognitiva e física, conforme o plano de atendimento individualizado de cada usuário.

**§2º** O Centro-Dia PCD deverá ser estruturado com espaços adequados e acessíveis, incluindo salas para atividades recreativas, terapias, áreas de convivência e descanso, além de recursos de acessibilidade como materiais pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas.



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 320038003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP-Brasil.





## **Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes**

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50  
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP  
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555  
[www.cmembu.sp.gov.br](http://www.cmembu.sp.gov.br)

**§3º** O atendimento no Centro-Dia PCD será gratuito e voltado para pessoas com deficiência que necessitam de cuidados diários e que ainda não estão inseridas em outros modelos de atendimento institucional ou educacional.

**§4º** O Poder Executivo será responsável pela implementação e manutenção do Centro-Dia PCD, incluindo a contratação e capacitação de profissionais especializados, a oferta de atividades variadas e a articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social para garantir um atendimento integral aos usuários e suas famílias.

### **SEÇÃO VII - Direitos e Fiscalização**

**Art. 27** O Poder Executivo deverá estabelecer canais de denúncia e fiscalização para garantir o cumprimento desta Lei, assegurando penalidades para: I – Empresas que descumprirem a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência; II – Escolas que recusarem matrícula ou não garantirem suporte adequado aos alunos com deficiência; III – Espaços públicos e privados que não atenderem às normas de acessibilidade.

**Art. 28** Fica estabelecido que o Plano Municipal da Pessoa com Deficiência será revisado anualmente, com o objetivo de avaliar a implementação das políticas públicas e ajustar as estratégias conforme as necessidades da população com deficiência, garantindo sua efetividade e atualidade.

**§1º** A revisão do plano deverá ocorrer no prazo de 1 (um) ano após sua aprovação inicial, e será realizada de forma contínua, com novas revisões previstas anualmente, conforme o calendário de planejamento municipal, podendo a revisão ser alterada por períodos maiores, não superiores ao prazo de 4 (quatro) anos, desde que deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**§2º** Durante o processo de revisão do plano, será garantida a participação popular, especialmente das pessoas com deficiência, seus familiares e representantes de organizações da sociedade civil, por meio da atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de outros canais de participação pública.

**§3º** A participação popular na revisão do plano incluirá: I – Audiências públicas abertas à população, com ampla divulgação e acessibilidade; II – Consultas e encontros com entidades representativas das pessoas com deficiência, profissionais da área e especialistas, para garantir a diversidade de opiniões e necessidades no processo de revisão; III – Fóruns de discussão e grupos de trabalho, promovendo o debate contínuo sobre as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência.

**§4º** O Poder Executivo deverá assegurar que os resultados das revisões sejam amplamente divulgados à população, garantindo transparência e a constante melhoria das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

### **CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 29** O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação, definindo metas, prazos e orçamento para sua implementação.

**Art. 30** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 31** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 320038003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP-Brasil.







## **Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes**

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50  
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP  
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555  
[www.cmembu.sp.gov.br](http://www.cmembu.sp.gov.br)

Plenário "Mestre Gama", 12 de fevereiro de 2025

### **Diego Paixão - PODEMOS**

**Abidan Henrique da Silva - PSB, Abel Arantes - SOLIDARIEDADE, Uriel Biazin - PT, Gideon Junior - PV, Juneca - MDB, Zé do Piscinão - PP, Índio Silva - REPUBLICANOS, Bobilel Castilho - MDB, Leo Novais - PL, Ricardo Almeida - REPUBLICANOS, Diego Paixão - PODEMOS**



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 320038003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

